



**V SEMINÁRIO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO FÍSICA NO 3º GRAU
E
VIII CONGRESSO CATARINENSE
DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

**LOCAL: CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SANTA CATARINA**

ANAIIS

**TEMA: Perspectivas Pedagógicas,
Profissionais e Políticas da
Educação Física**

FLORIANÓPOLIS, 21 A 23 DE NOVEMBRO DE 1996

MENSAGEM DA COMISSÃO

O V Seminário Nacional de Educação Física no 3º Grau e o VIII Congresso Catarinense de Educação Física têm como finalidade possibilitar uma ampla análise relativa à formação do profissional de Educação Física e Desportos, à regulamentação da profissão, à Educação Física como disciplina no 3º Grau e a nova L.D.B. da Educação.

Entendemos que o profissional de Educação Física no Brasil, assim como todas as categorias profissionais, encontra-se inserido num quadro contextual em profunda mudança. Esse contexto em permanente reorganização tem provocado mudanças de sentido na atuação dos profissionais de todas as áreas, assim como tem criado um clima de incerteza e de insegurança nessa força de trabalho.

Atualmente o que se observa no mundo contemporâneo é uma Educação Física em crise, que acompanha a crise da Educação em geral. Portanto, o papel do Professor de Educação Física deve ser repensado, e ele deve ter a sincronização com as realidades mutantes expressas a cada extrato social que nos é apresentado. Desse modo, o caminho viável para o ordenamento da atuação dos professores de Educação Física no país passa pela urgente regulamentação do profissional desse importante campo sócio-educacional, por uma LDB e uma Universidade autônoma. Esperamos que os participantes façam desse encontro um momento de reflexão e definição dos rumos que a Educação Física deverá trilhar.

COLEGAS, BEM VINDOS !
COMISSÃO ORGANIZADORA

COMISSÃO ORGANIZADORA

COORDENAÇÃO GERAL:

MARINO TESSARI
JOÃO KIYOSHI OTUKI
RICARDO LUCAS PACHECO

COMISSÃO FINANCEIRA:

PEDRO SILVA DA ROSA
JOSÉ CARLOS SOMMER DA SILVA
PAULO ROBERTO PRATES
CRISTIANE VICENTE

COMISSÃO CIENTÍFICA:

JUAREZ MÜLLER DIAS
PAULO MARCELO SOARES DE MACEDO
ANTONIO RENATO PEREIRA MORO
CARLOS ALBERTO ALVES TEIXEIRA

COMISSÕES DE APOIO E
DIVULGAÇÃO:

PAULO HENRIQUE XAVIER DE SOUZA
SUELI MARIA BECKHAUSER
JOÃO ROTTA FILHO
VERA REGINA COSTA PREIS

SECRETARIA GERAL:

JOYCE MARIA PÓVOAS ARAÚJO
TAIS ADADA
KARINE FESTUGATTO
MARIJANE RAQUEL SOARES
CHRISTIANI REGINA BROGNOLI

COORDENAÇÃO DE TEMAS LIVRES
E RELATO DE EXPERIÊNCIAS:

MARIA HELENA KRAESKI
CARLOS ALBERTO ALVES TEIXEIRA

COORDENADOR DE PAINÉIS:

LUCIANO LAZZARIS FERNANDES
EDISON ROBERTO DE SOUZA

COORDENADORES DA ELABORAÇÃO DO
DOCUMENTO FINAL:

JUAREZ MULLER DIAS
JOÃO KYIOSHI OTUKI
PAULO MARCELO SOARES DE MACEDO

PROMOÇÃO

PROMOÇÃO: CEFID - UDESC
CDS - UFSC
APEF/SC

APOIO: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA
FESPORTE
SESI - SC
SANTUR

CONVIDADOS

- JORGE STEINHILBER - APEF- RJ
- RICARDO LUCAS PACHECO - UFSC
- ERNANI BEVILAQUA CONTURSI-UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ/RJ
- GIOVANI DE LORENZI PIRES - UFSC
- CLEIDE MARLENE VILLAUTA - UEL
- CLAUDIO HENRIQUE WILLEMANN - UDESC
- JOÃO KIYOSHI OTUKI - UDESC
- JOSÉ LUIZ SOBIERASJSKI - UFSC
- ALFREDO GOMES DE FARIA JUNIOR-UFF-RJ
- MARIA HELENA KRAESKI - UDESC
- MARIA DA GRAÇA BOLLMANN - ANDES
- EDISON LUIZ SANTOS CARDOZO - APEF-RS
- OSNI JACÓ DA SILVA - UFSC
- PAULO MARCELO SOARES DE MACEDO - UFSC
- MARKUS VINICIUS NAHAS- UFSC
- JUAREZ MULLER DIAS - UFSC
- CARLOS ALBERTO ALVES TEXEIRA - UDESC
- LUCIANO LAZZARIS FERNANDES- UFSC
- EDISON ROBERTO DE SOUZA - UFSC

TEMAS PRINCIPAIS

CONFERÊNCIA

REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO

MESA REDONDA

*“PERSPECTIVAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS DA
EDUCAÇÃO FÍSICA NO 3º GRAU”*

CONFERÊNCIA

MERCADO DE TRABALHO: ATUAL E FUTURO

MESA REDONDA

REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO

MESA REDONDA

EDUCAÇÃO FÍSICA E A “NOVA”LDB

CONFERÊNCIA

*PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO FÍSICA
PARA O PRÓXIMO MILÊNIO.*

INFORMAÇÕES ÚTEIS

•DATA: 21 A 23 DE NOVEMBRO DE 1996

•LOCAL: AUDITÓRIO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA UFSC

•CLIENTELA: PROFISSIONAIS E ACADÊMICOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

• **TAXA DE INSCRIÇÃO**

ATÉ DIA 30/10/96

PROFISSIONAIS	ACADÊMICOS	SÓCIOS DA APEF
R\$ 20,00	R\$ 15,00	R\$ 15,00

DE 01/11 A 21/11/96

PROFISSIONAIS	ACADÊMICOS	SÓCIOS DA APEF
R\$ 25,00	R\$ 20,00	R\$ 20,00

•CERTIFICADOS: O REGISTRO DOS CERTIFICADOS SERÃO FORNECIDOS PELO CEFID/UEDESC OU UFSC

• **LISTAGEM DE HOTÉIS**

NOME	SIMPLES	DUPLO	TRÊS	QUATRO	CINCO
VALERIM 2243388 30% DESCONTO	37.80	48.30	69.30	83.30	
FLOPH 2249633 20% DESCONTO	131.00	143.00	SEXTA A DOMINGO JANTAR E CAFÉ DA MANHÃ		
BAÍA SUL 2232269	30.00	43.00	51.00	65.00	72.00 SEIS 100.00
ROYAL 2242944 20% DESCONTO	45.00	70.00	SUITE 110.00		
VELEIROS 2246622	18.00	30.00	43.00	55.00	
IVORAM 224-5388	20.00 (POR PESSOA)	CAFÉ E GARAGEM			
OSCAR 222.0099	35.00	56.00	72.00	CONJUGADO	88.00
ALBERGUE DA JUVENTUDE	224.6746/ 222.3781				

OBS.: OS HOTÉIS OSCAR E IVORAM OFERECEM PARA GRUPOS ACIMA DE 20 PESSOAS PREÇO PROMOCIONAL DE 20,00 POR PESSOA EM QUALQUER DOS QUARTOS.

COMPANHIAS AÉREAS

VARIG LOJA:224.5049
VARIG RESERVAS:0800.99700
VARIG AEROPORTO:236.1779

VASP LOJA:2247824
VASP RESERVAS:0800.998277
VASP AEROPORTO:236.3033

TRANSBRASIL LOJA:223.7177
TRANSBRASIL RESERVAS:0800.123100
TRANSBRASIL AEROPORTO:236.1229

TAM LOJA:236003
TAM AEROPORTO: 236.1812

LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS: Club Car 222.6193/236.1631

RÁDIO TAXI: 197

RESTAURANTES: “BOM GARFO” - buffet - 2,90
“ROTISSERIE DONA BENTA” - a kilo - 4,00
“ UNIVERSITÁRIO” - 2,20
“ TRITÃO” - buffet - 3,95
- a kilo - 7,00
- a la carte - 8,00

Obs.: Todos os restaurantes ficam próximos ao local do evento.

ÔNIBUS - EXPRESSO UNIVERSITÁRIO - Nº 318
- TERMINAL CIDADE DE FLORIANÓPOLIS - de 5 em 5 minutos

CRACHÁ: Todo participante receberá um crachá de identificação, pessoal e intransferível. Seu uso é obrigatório e indispensável para a circulação nas área do SEMINÁRIO e CONGRESSO !

A Secretaria Executiva está a sua disposição e deseja-lhe uma boa estada em Florianópolis e UM BOM SEMINÁRIO E CONGRESSO!

AGRADECIMENTOS

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA
CENTRAL DE APOIO E EVENTOS DA UFSC
UDESC - CEFID
UFSC - CDS
APEF-SC

JUSTIFICATIVA DO PROJETO

A ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE SANTA CATARINA, o CEFID-UDESC, o CDS-UFSC procurando dinamizar e intensificar o movimento de docentes em Educação Física na região da Grande Florianópolis e no Estado de Santa Catarina, responsabilizou-se em sediar o maior evento da categoria no Estado, o **VIII CONGRESSO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO FÍSICA** e **V SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO 3º GRAU**.

Por antever a importância de tal evento na Educação Física, principalmente neste momento de grandes mudanças sociais e políticas, de grandes definições nos cursos de formação docente, etc..., é que a APEF, UDESC e UFSC estão investindo todos os esforços para o eficiente andamento dos trabalhos e consequentemente o êxito na consecução dos seus objetivos.

Desta forma, o nosso projeto propõe o envolvimento de todos os setores ligados à Educação Física na sociedade, o engajamento direto dos cursos de formação superior da área, o apoio da iniciativa privada, a ampla divulgação do evento nos meios de comunicação, e principalmente a participação efetiva dos profissionais de Educação Física no Congresso e Seminário, e na organização do mesmo. *É POR ISSO QUE LUTAMOS.*

FINALIDADE

O **V SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO 3º GRAU** E O **VIII CONGRESSO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO FÍSICA** têm por finalidade ser um fórum de debates entre os profissionais de Educação Física e a sociedade catarinense e brasileira, sobre o desenvolvimento do ser humano e as contribuições possíveis das atividades físicas, em seus aspectos políticos, culturais, pedagógicos, tecnológicos e científicos.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Possibilitar uma ampla análise de temas relativos à formação do profissional de Educação Física, bem como uma discussão acerca da Regulamentação da Profissão, a Educação Física no 3º grau, e a LDB.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Promover um amplo debate sobre temas políticos e didático-pedagógicos na prática da Educação Física no 3º grau;

Promover uma ampla discussão a respeito da formação profissional e da Regulamentação da Profissão em relação à Educação Física;

Promover ampla discussão sobre os dois projetos de LDB, atualmente em tramitação na câmara dos Deputados.

Reunir em ambiente integrativo, os profissionais e acadêmicos de Educação Física, bem como todos os segmentos sociais presentes ao Congresso e Seminário.

PROGRAMAÇÃO OFICIAL

PROGRAMA

DIA: 21/11/96 - QUINTA FEIRA

14:00 às 18:00 INSCRIÇÕES - ENTREGA DE MATERIAL

18:30 - ABERTURA

19:00 - CONFERÊNCIA DE ABERTURA

TEMA: REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO

CONFERENCISTA: JORGE STEINHILBER - APEF- RJ

PRESIDENTE DA MESA: RICARDO LUCAS PACHECO - UFSC

20:30 AS 22: 00 MESA REDONDA:

TEMA: " PERSPECTIVAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO 3º GRAU"

PARTICIPANTES:

ERNANI BEVILAQUA CONTURSI-UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ/RJ

GIOVANI DE LORENZI PIRES - UFSC

CLEIDE MARLENE VILLAUTA - UEL

MODERADOR : CLAUDIO HENRIQUE WILLEMANN - UDESC

DIA: 22/11/96 - SEXTA - FEIRA

**8:30 AS 10:15 - CONFERÊNCIA: MERCADO DE TRABALHO:
ATUAL E FUTURO**

CONFERENCISTA :

ERNANI BEVILAQUA CONTURSI-UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ/RJ

PRESIDENTE DE MESA: JOÃO KIYOSHI OTUKI - UDESC

10:15 - INTERVALO

10:30 AS 12:00- MESA REDONDA

TEMA: EDUCAÇÃO FÍSICA E A "NOVA" LDB

PARTICIPANTES: MARIA DA GRAÇA BOLLMANN - ANDES

EDSON LUIZ SANTOS CARDOZO - APEF-RS

OSNI JACÓ DA SILVA - UFSC

MODERADOR: PAULO MARCELO SOARES DE MACEDO - UFSC

14:00 ÀS 16:00 - APRESENTAÇÃO DE TEMAS LIVRES E RELATO DE
EXPERIÊNCIAS

COORDENADOR: MARIA HELENA KRAESKI - UDESC

16:00 INTEVALO

16:15 AS 18:15 - MESA REDONDA

TEMA: REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO

PARTICIPANTES: JOSÉ LUIZ SOBIERASJSKI - UFSC
JORGE STEINHILBER - APEF/RJ
ALFREDO GOMES DE FARIA JUNIOR-UFF-RJ
MODERADOR: MARINO TESSARI - UDESC - APEF-SC

DIA: 23/11/96 - SÁBADO

**8:30 AS 10:00 - CONFERÊNCIA : PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO
FÍSICA PARA O PRÓXIMO MILÊNIO.**

CONFERENCISTA : ALFREDO GOMES FARIAS JUNIOR - UFF-RJ
PRESIDENTE DE MESA: MARKUS VINICIUS NAHAS- UFSC

10:00 : INTERVALO

**10:15 AS 12:00 TRABALHO EM GRUPO: PROPOSTA PARA O
DOCUMENTO FINAL - CARTA DE FLORIANÓPOLIS**

COORDENADOR: JUAREZ MULLER DIAS - UFSC

**14:00 - APRESENTAÇÃO DE TEMAS LIVRES E RELATO DE
EXPERIÊNCIA**

COORDENADOR: CARLOS ALBERTO ALVES TEXEIRA - UDESC

16:00 - INTERVALO

**16:15 AS 18:00 PLENÁRIA - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO
DO DOCUMENTO FINAL DO EVENTO**

COORDENADOR: JUAREZ MULLER DIAS - UFSC

18:00 ENCERRAMENTO

ATRIBUIÇÕES DAS COMISSÕES

1) COMISSÃO ORGANIZADORA

- Conjuntamente apoiar as demais Comissões, no que for necessário e possível dentro de suas Instituições.
- Individualmente, ser a ligação entre a Comissão Organizadora e as Instituições
- Individualmente, representar a instituição junto ao Seminário e Congresso
- Deliberar sobre os assuntos e procedimentos do Seminário e Congresso

2) COORDENAÇÃO GERAL

- Providenciar o local para realização dos eventos
- Estruturar e determinar o funcionamento da Comissão Organizadora
- Marcar e presidir reuniões que forem julgadas necessárias
- Coordenar a ação entre as subcomissões
- Intermediar os contatos da Comissão Organizadora
- Convidar pessoas ou entidades para participarem dos eventos
- Representar a Comissão Organizadora, diante de sugestões que envolvam decisão final, sobre qualquer aspecto dos eventos.

3) COMISSÃO FINANCEIRA

- Abrir conta para depósito das inscrições
- Controlar receitas e despesas com a realização do evento, informando a Coordenação Geral
- Emitir os pagamentos das despesas autorizadas pela Coordenação Geral
- Elaborar a Prestação de Contas

4) COMISSÃO CIENTÍFICA

- Definir o temário do evento
- Selecionar Temas Livres e distribuí-los no calendário
- Definir tempo e os tipos de apresentação para os trabalhos (Temas Livres, Conferências, Mesas Redonda, Debate)
- Estruturar os horários de trabalho
- Preparar instrumentos, definir procedimentos e coordenar a avaliação do evento
- Definir forma técnica de elaboração dos anais

5) COMISSÃO DE APOIO E DIVULGAÇÃO

- Organizar o local do evento
- Providenciar o material didático para Conferencistas e Palestrantes (audiovisual, vídeo cassete, retroprojeter, quadro, extensão elétrica, tela de projeção, etc)
- Instalar os equipamentos de audiovisual sempre que necessário
- Montar e acionar o esquema de fotocópias e Reprografia
- Confeccionar crachás de identificação dos participantes
- Providenciar documentação fotográfica do evento
- Confeccionar e equipar pastas (rascunhos, lápis, informativos turísticos e pedagógicos)
- Divulgar o Congresso junto aos órgãos de comunicação social (rádio, jornal, TV)
- Contatar com possíveis patrocinadores

6) SECRETARIA GERAL

- Responsabilizar-se por toda correspondência recebida e expedida, referente ao e Seminário e Congresso
- Datilografar e remeter todos os ofícios às instituições e entidades
- Bater todo material impresso do Congresso: apostilas, textos, declarações, atestados, relatórios.
- Preparar os Certificados
- Preparar ficha de controle de frequência
- Providenciar súmula de documentos dos congressistas
- Providenciar declarações de participação dos congressistas, datilografar certificados dos palestrantes

7) COORDENAÇÃO DE PLENÁRIAS

- Coordenar as discussões em plenárias e no grande grupo
- Propor aos congressistas a dinâmica de discussões e votação de propostas
- Coordenar a apresentação dos conferencistas
- Coordenar os debates
- Triar as propostas das discussões e encaminhá-las à Plenária Final
- Solicitar a comissão de apoio material didático se necessário

8) COORDENAÇÃO DE TEMAS LIVRES E RELATO DE EXPERIÊNCIAS

- Apresentar os palestrantes e seus trabalhos aos congressistas
- Coordenar os debates após as apresentações
- Solicitar à Comissão de Apoio material didático se necessário
- Encaminhar as propostas para a Plenária Final

REGULAMENTO PARA AS APRESENTAÇÕES CONFERÊNCIAS - MESAS REDONDAS

1. A Mesa das Conferências será constituída por um Presidente, e o(a) Apresentador(a).
2. As Mesas Redondas serão constituídas por um Moderador e os (as) Apresentadores(as).
3. O tempo de cada Conferência será de 1 (uma) hora.
4. O tempo de apresentação de cada Mesa Redonda será de 1 (uma) hora e 15 (quinze) minutos.
5. Ao final de todas as apresentações, haverá debates, e o tempo será previamente determinado pela mesa.

Caberá ao Presidente:

- Abrir e encerrar a sessão;
- Apresentar os componentes da mesa e o (a) Apresentador (a);
- Dar a palavra ao (a) Apresentador (a);
- Coordenar as perguntas do Plenário;
- Participar das discussões e fazer comentários;
- Entregar os certificados ao final da sessão;
- Verificar, antes do início da sessão, se todo o material necessário à exposição está disponível e organizado;
- Controlar rigorosamente o tempo de exposição e debate;
- Faltando dois minutos para encerrar a apresentação, avisar o conferencista;
- Encerrado o tempo, o apresentador terá no máximo 30 segundos para terminar a sua apresentação.

Caberá ao Moderador:

- Abrir e encerrar a sessão;
- Apresentar os componentes da Mesa;
- Coordenar as perguntas do Plenário e componentes da Mesa;
- Evitar que se estabeleçam debates paralelos entre os membros da Mesa e entre estes e a audiência;
- Participar das discussões e fazer comentários;
- Entregar os certificados ao final da sessão.

Caberá aos Apresentadores:

- Comparecer no local pelo menos 30 (trinta) minutos antes de sua apresentação;
- Cumprir rigorosamente o tempo previsto para sua apresentação;
- Encaminhar qualquer pedido diretamente ao Moderador da sessão; responder às perguntas formuladas pela Mesa e/ou Plenário.

RESUMOS - CONFERÊNCIAS

RESUMO DE TRABALHO - CONFERÊNCIA

PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O PRÓXIMO MILÊNIO

ALFREDO GOMES DE FARIA JUNIOR

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Optamos por **esperança**, como acepção privilegiada para o termo *perspectiva*, uma vez que expectativa e probabilidade (FERREIRA, 1986) induziriam a um vazio exercício de futurologia. As esperanças são associações de tendências com interpretações, pois admitimos que, sendo a educação física (EF) histórica e socialmente construída, os antecedentes de seus futuros rumos já seriam perceptíveis desde os anos 70. Se assim for, o início do século XXI assistirá ao acirramento do conflito ideológico entre o pensamento conservador, neoliberal, sustentado pela retórica da *nova direita*, e o pensamento progressista, democrático, de inspiração neomarxista. Assim, como vimos há muito denunciando, sob a ótica do *direito de oportunidades*, o modelo da EF é extremamente injusto, uma vez que inúmeros segmentos de nossa população - mulheres, idosos, adultos trabalhadores, negros, pessoas com necessidades especiais [principalmente os oriundos da classe trabalhadora] a ele não tem acesso, encontrando-se marginalizados (FARIA JUNIOR, *In*: COSTA, 1981). Entretanto, a *nova direita* tem procurado reduzir a interpretação política e social desse fato a uma questão meramente de gerenciamento eficaz de recursos, coerente com suas estratégias de: *sacralização* do privado, despolitização e *banalização* do social, *culpabilização* das vítimas, obscurecimento da memória e da história, e *higienização* e reincorporação das categorias e do léxico do pensamento democrático. Contrariamente, o setor progressista mantém a esperança que mudanças na superestrutura transformem a EF *ageist*, burguesa, católica, branca e etnocentrista e sexista em uma EF *em (e para) uma sociedade multicultural* (FARIA JUNIOR, 1989), com profundas transformações em sua *praxis* ao longo dos anos.

RESUMO DE TRABALHO - CONFERÊNCIA

REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO

JORGE STEINHILBER

APEF - RJ

Há uma grande diferença entre o discurso falado e escrito. O primeiro segue a liberdade de comunicação direta, da observação dos ouvintes, da espontaneidade. O segundo é mais frio, rigoroso nas manifestações e posicionamentos.

O tema em discussão é a REGULAMENTAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Se estamos discutindo a regulamentação é obvio que a profissão não é regulamentada. Ou seja, não possuímos respaldo jurídico. Trata-se de um direito de tornar jurídico aquilo que de fato, a sociedade consome, aceita, acredita, respalda e vive utilizando as palavras do Prof. Angelo Vargas.

Gostaria de, inicialmente, explanar que a razão pela qual venho defendendo a regulamentação da profissão, lutando pelo espaço do profissional deve-se ao fato de que discute-se EDUCAÇÃO FÍSICA há muito mais tempo, debate-se sobre:

- seu objeto de estudo
- os currículos das escolas de formação
- sua importância no contexto social
- sua influência na qualidade de vida das pessoas
- a redefinição da identidade da educação física escolar
- a crise de identidade da educação física
- as transformações da educação física
- as perspectivas da educação física
- as cientificações da educação física

Nos últimos anos muitos foram os trabalhos publicados a respeito dessa temática. O CBCE tem promovido Congressos e divulgado trabalhos científicos a respeito da Educação Física e dos Esportes. O mesmo tem ocorrido nas Escolas de Educação Física onde são incontáveis as teses de mestrado e doutorado apresentadas sobre a Educação Física.

É inesgotável o valor das atividades físicas.

Legisladores, educadores, pesquisadores, filósofos e muitos outros defendem a importância da prática das atividades físicas.

Sem dúvida alguma hoje temos forte literatura a respeito da Educação Física.

O que sinto falta é da discussão sobre "QUEM" deve ministrar, conduzir, planejar, organizar, desenvolver e orientar as atividades.

Percebo que analisa-se, pesquisa-se, reflete-se a respeito da atividade (Educação Física atividade), sua importância e seu papel na conquista de melhor qualidade de vida, da igualdade de condições, da diminuição dos privilégios, da miséria, da garantia de saúde para a população, da conquista do direito constitucional à educação e tantos outros pontos de suma importância e que, qualquer indivíduo consciente, crítico, comprometido com as causas sociais defende.

Porém, continua uma lacuna, no meu entendimento. Continua um hiato. A exceção das aulas curriculares, em qualquer outro espaço onde se dinamiza atividade física, qualquer um pode atuar. Não se escreve a esse respeito. Não se denuncia esse absurdo. Não se levanta bandeira para modificar esta realidade. A impressão que me causa é a de total descompromisso com "QUEM" deve ser o responsável pelas atividades. É como se apenas a Educação Física merecesse atenção, não importando "QUEM" deve ser o profissional a desenvolvê-la.

É sobre este "QUEM" que pretendo discorrer. Não estou relegando as demais discussões. Pelo contrário. Elas devem persistir. Estamos em permanente mutação e descobertas. Estamos em transição. O que se dizia sobre o novo pode estar superado. Muitas vezes o novo é efêmero, pode durar apenas alguns segundos. As reflexões e análises a respeito da Educação Física provavelmente serão permanentes. Muitos, hoje em dia, até propagam que o termo Educação Física é inadequado.

Esta preliminar tem por objetivo evitar que a discussão se desvie para um confronto entre a Educação Física e o profissional. De antemão me coloco favorável e de acordo com as questões sociais e com a necessidade de permanente discussão sobre Educação Física. Minha proposta é resgatar o profissional. É trazer para o centro das atenções este egresso das escolas de Educação Física que está órfão, que não tem respaldo jurídico. AFINAL:

O QUE SOMOS LEGALMENTE?

O QUE PENSAM QUE SOMOS?

O QUE PODEMOS SER?

Somos denominados Professores de Educação Física. Isto dado ao fato de que genericamente, na maioria somos licenciados em Educação Física. Portanto, legalmente, enquanto perdurar a Lei 5.692/71, o espaço de atuação do profissional é o ensino regular de 1º e 2º graus.

Infelizmente, muitos dos ingressantes em escolas de formação de Educação Física desconhecem este fato. A maioria procura as escolas visando futura atuação em academias, clubes, condomínios. Poucos são os alunos que, hoje, estão previamente intencionados em atuar no ensino formal, principalmente, de 1º e 2º graus.

A maioria imagina e, até mesmo foi mal informada, que para atuar neste segmento precisa possuir o diploma superior de Educação Física. Consequentemente a maioria supõe que nestes locais deveriam estar atuando os egressos das escolas de Educação Física. Normalmente me indagam porque os leigos podem atuar no nosso mercado de trabalho. Ficam boquiabertos quando percebem que atuar nestes segmentos não há necessidade de formação específica. Ficam estarecidos ao enxergar que este mercado não é nosso. Que este mercado pertence a qualquer um. Qualquer pessoa com qualquer formação e, mesmo sem nenhuma formação pode atuar em academias, clubes, condomínios, etc.

No meu entendimento, devemos reverter esta questão. E, sem dúvida alguma é possível. Depende de nós.

Quero deixar claro que, tanto os que estão cursando a licenciatura quanto os que estão frequentando curso de bacharelado em Educação Física PODEM atuar neste mercado de trabalho. Não há nenhum impedimento neste sentido. O que estou alertando é que estarão competindo em igualdade de condições com os leigos, ex-praticantes, curiosos e tantos outros que se arvoram e atuam na área da atividade física.

No meu entendimento, devido aos conhecimentos acadêmicos que recebemos em nossa formação, defendendo que neste segmento somente os egressos de Escolas de Educação Física deveriam atuar.

Legalmente, os licenciados em Educação Física têm um espaço garantido, por enquanto, na educação física curricular.

No entanto, assim como os ingressantes nas escolas de Educação Física, a sociedade de um modo geral também supõe a profissão regulamentada, tanto é que, ao se deparar com qualquer indivíduo de calção ou agasalho e de camiseta, conduzindo alguma atividade física, denomina este indivíduo de “professor de Educação Física”. A sociedade imagina que os profissionais são fiscalizados pelo respectivo Conselho, desconhecendo que o mesmo inexistente. A sociedade presume que nas academias, nos clubes, nos condomínios, etc. as atividades são dinamizadas por profissionais qualificados e habilitados.

A sociedade que legitima o profissional de Educação Física, desconhece, apenas, não existir a personalidade jurídica que legaliza a profissão.

Pensam que somos uma profissão legalmente constituída, com seus Conselhos que garantem o exercício profissional, o código de ética e que fiscalizam o exercício da profissão. Desconhecendo os riscos a que poderão estar sendo submetidos, assim como quando vão ao consultório médico têm certeza de serem atendidos por médicos, ou no escritório de advocacia por um advogado, supõe que nas academias estão sendo, igualmente, atendidas por profissional constituído. Ledo engano.

PODEMOS SER tudo isso que os ingressantes nas Escolas de Educação Física e a sociedade pensam que somos.

Podemos ser uma profissão que ocupe todos os espaços nas academias, nos clubes, nos condomínios e etc. Para isto basta o instrumento jurídico. Basta regulamentar a profissão.

Hoje as atividades nestes segmentos são TERRA DE NINGUÉM, são ESPAÇO VAZIO. Sendo espaço vazio qualquer um pode ocupá-lo. Portanto, devemos nós ocupá-los antes que os outros o façam.

A sociedade está a mercê de qualquer um, sem dúvida alguma. Os espaços estão à disposição para serem ocupados. Eu entendo que os egressos das escolas de Educação Física, a quem denomino PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, são os gabaritados para minimizar esta distorção. Para constituir esta garantia precisamos instituir o instrumento jurídico através da regulamentação da profissão.

Precisamos ter a coragem de mudar, de experimentar o novo. Afinal, há 57 anos a profissão está na mesmice. Sem respaldo jurídico, apenas contando com a competência dos profissionais, buscando sempre uma legitimação junto à sociedade. Cada um pode tirar suas próprias conclusões de como está o profissional egresso das escolas de Educação Física.

O que antes era novo, hoje é velho. O que há algum tempo era progressista, hoje é conservador. Considero-me um progressista pois estou defendendo uma nova proposta. Uma proposta calcada na legalização do espaço de atuação dos egressos das Escolas de Educação Física. Estou defendendo o novo. Novo sentido de que este procedimento não foi tentado. Precisamos ter a coragem de promover mudanças, de arriscar.

Sem dúvida o novo gera ansiedade, gera receio, principalmente por parte dos conservadores, daqueles que desejam ver os Profissionais de Educação Física enclausurados legalmente apenas na Educação formal. O novo assunto, amedronta. Gera oposição conservadora para evitar mudança. Perseveraremos no sentido de fazer valer a vontade da maioria. Isto é prática democrática. Defender as aspirações legítimas da maioria estamos seguros de que a vontade da maioria dos egressos das escolas de Educação Física é garantir a regulamentação de sua profissão, ocupar os espaços vazios, criar os Conselhos de Profissionais onde passarão a ter vez e voz. Onde poderão definir os rumos de sua profissão.

Nós profissionais de Educação Física não temos voz relevante na elaboração de políticas públicas:

Não temos sobre o exercício de responsabilidade profissional
Não mantemos um elevado grau de autonomia
Não somos responsáveis pelos rumos de nossa profissão
Não ocupamos os órgãos de direção de nossa área de atuação
Não participamos da formulação das normas decisivas de nossa área
Não conseguimos nem fazer com que se cumpra alguns simples aspectos legais.

Estamos permitindo a extinção da Educação Física curricular
Estamos permitindo a extinção do professor de Educação Física

Precisamos ter a coragem de reverter este quadro, ocupar os espaços legítimos e legalmente.

Para que a regulamentação ocorra é necessário que seja apresentado projeto de Lei na Câmara dos Deputados Federais. Este documento tramita em diversas comissões onde é analisado, debatido e geralmente modificado.

O Deputado Eduardo Mascarenhas apresentou Projeto de Lei em 1995. Na primeira Comissão, de Educação Cultura e Desporto, o mesmo recebeu um substitutivo apresentado pelo relator Maurício Requião. Neste momento está na Comissão de Trabalho, sendo analisado pelo relator Deputado Paulo Paim.

Nas minhas andanças pelos diversos Estados e nos contatos com os mais variados profissionais, ainda não me apresentaram qualquer argumentação ou proposta que possa corrigir a distorção dos leigos atuando na área das atividades físicas que não seja a que defendo: ***A REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO.***

RESUMO DE TRABALHO - CONFERÊNCIA

MERCADO DE TRABALHO ATUAL E FUTURO

ERNANI BEVILAQUA CONTURSI

UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ - RJ

- **MERCADO DE TRABALHO EXISTENTES x MERCADO EMERGENTES**
- **ANÁLISE DOS MERCADOS EXISTENTES**
- **ANÁLISE DOS MERCADOS EMERGENTES**
- **MARKETING PESSOAL DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

MESA REDONDA

RESUMO DE TRABALHO - MESA REDONDA

REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO

ALFREDO GOMES DE FARIA JUNIOR

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Argumenta-se que o projeto de regulamentação da profissão encaminhado ao Congresso Nacional é teoricamente desatualizado, sustentado pela retórica da *nova direita* e inspirado em grupos profissionalmente estáveis e em modelos de profissões liberais de base *funcionalista*. O conceito usado permite identificar *contradições* nas formações sociais que, por tê-las, apresentam potencial para mudança. Discutimos o termo *profissão* em suas conotações descritiva e prescritiva, a teoria das características diferenciadoras e abordagens sobre características de uma profissão - uma considerando a profissionalização em seus dois componentes - profissionalismo e *profissionalidade*, a outra, incluindo critérios como autonomia institucional e formação profissional. No quadro teórico do funcionalismo discutimos questões como: *qual a função social da educação física? Órgãos reguladores da profissão e códigos de ética contribuiriam para consolidar a educação física como profissão? De que profissão a proposta de regulamentação está falando? Do magistério (licenciatura) ou do especialista (bacharelado), este baseado no ideário neoliberal e reforçado pela retórica da nova direita? Poderia um mesmo corpus de conhecimento fornecer a base para duas profissões distintas?* Conclui-se que o modelo explicativo das profissões de conotação funcionalista é inadequado por desconsiderar a posição das categorias profissionais na estrutura social e na relação com outras categorias, por não levar em consideração o tipo de serviço produzido, sua natureza e forma de organização e desconsiderar as influências ideológicas, políticas e sociais na formação da imagem dos grupos profissionais. Analisando as profissões à luz do capitalismo observamos que, no atual estágio, ele age irreversivelmente na desqualificação do trabalho e na proletarização dos trabalhadores que, no caso dos docentes, se caracteriza pela proletarização ideológica. Enfim, a proposta de regulamentação ignora que *uma profissão é histórica e socialmente construída*, constituindo-se um simples recurso cartorial.

RESUMO DE TRABALHO - MESA REDONDA

REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO

JORGE STEINHILBER

APEF -RJ

EDUCAÇÃO FÍSICA ATIVIDADE está sendo discutida há muitos anos. A literatura é vasta e extensa. Os eruditos e doutos da educação física mantêm a discussão e, não queremos interferir nesta área.

Se a EDUCAÇÃO FÍSICA é formal ou não formal, ou ambos

A discussão sobre os paradigmas da EDUCAÇÃO FÍSICA

Sobre os currículos de EDUCAÇÃO FÍSICA

E Sobre a qualidade do ensino nas escolas Superiores

Tem sido tema de diversos debates, Seminários, Congressos, reuniões...

- A questão da importância da atividade física para a sociedade, para a saúde, para a democracia, creio que já está consolidada e Educação Física entendida por equipes multidisciplinares e multiprofissionais.

Entendo não ser este o nosso foco de atenção.

O QUE SINTO FALTA NOS DISCURSOS E NAS DEFESAS SOBRE A EDUCAÇÃO FÍSICA EM RELAÇÃO "A QUEM DEVE CONDUZIR AS ATIVIDADES" ESTE É O PONTO OSCURO QUE CONSIDERO DE SUMA IMPORTÂNCIA E PERTINÊNCIA.

aqui entra a EDUCAÇÃO FÍSICA PROFISSÃO - trata-se exatamente de considerar o espaço do profissional egresso da Escolas de Educação Física.

- Quem entende que a EDUCAÇÃO FÍSICA é só na Escola: não precisa regulamentar

- PORÉM A MAIORIA ENTENDE A ABRANGÊNCIA DA FORMAÇÃO E, NESTE CASO É NECESSÁRIO REGULAMENTAR A PROFISSÃO.

Hoje está claramente consignado que a EDUCAÇÃO FÍSICA é representada agrupando sua atuação no campo do ENSINO, PESQUISA, TREINAMENTO OU PERFORMANCE, REEDUCAÇÃO, RECREAÇÃO, RECREAÇÃO E LAZER E ADMINISTRAÇÃO ESPECÍFICA.

PORÉM, A NÃO SER NA ÁREA DO ENSINO CURRICULAR, NENHUM OUTRO RESPALDO JURÍDICO garante ao egresso das Escolas de EDUCAÇÃO FÍSICA o mercado de trabalho; a EDUCAÇÃO FÍSICA NA SOCIEDADE SER ATENDIDA CONDIGNAMENTE POR PROFISSIONAL HABILITADO E QUALIFICADO.

Os clubes, academias, áreas de lazer, condomínios, etc... hoje, são terra de ninguém e de qualquer um É UMA QUESTÃO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO E JÁ é uma questão imediata. TODO ESPAÇO VAZIO TENDE A SER OCUPADO E, NÃO HÁ DÚVIDA DE QUE ESTÃO TENTANDO OCUPÁ-LO, PRINCIPALMENTE, O ESPAÇO DA ACADEMIA, HOJE UM GRANDE FILÃO PROFISSIONAL.

Só para ilustrar a questão do espaço- quando foi criada a Escola Nacional de Educação Física e Desportos - Decreto Lei 1212 de 17/04/39, as finalidades eram:

1. formar pessoal técnico em educação física e desportos
2. imprimir ao ensino da educação física e Desportos, em todo país, unidade teórica e prática
3. difundir, de modo geral, conhecimentos relativos à educação física e desportos

4. realizar pesquisa sobre educação física e os desportos, indicando os métodos mais adequados à sua prática no país.

INTERESSANTE O ART 2º:

A Escola Nacional de Educação Física e Desportos ministrará os seguintes

cursos:

- SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 3 ANOS - exigência curso ginásial
- EDUCAÇÃO FÍSICA INFANTIL - 1 ANO - exigência curso normal
- TÉCNICO DESPORTIVO - 1 ANO - exigência licenciatura em EDUCAÇÃO FÍSICA
- MASSAGEM - 1 ANO - exigência curso ginásial
- MEDICINA APLICADA A EDUCAÇÃO FÍSICA E AOS DESPORTOS - 1 ANO - exigência médico

Como podemos perceber a área de abrangência da EDUCAÇÃO FÍSICA era bem ampla, sem falar na obrigatoriedade de Técnico Desportivo ser formado por Escola de EDUCAÇÃO FÍSICA.

MUITO SE PERDEU E, SE NÃO TOMARMOS PROVIDÊNCIAS MUITO MAIS SE PERDERÁ

REPITO-ESPAÇO VAZIO É ESPAÇO PARA SER TOMADO

Portanto, precisamos nos apoderar do espaço onde nossa atuação é mais qualificada antes que seja tomado.

NESSE SENTIDO, SOMENTE A REGULAMENTAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA GARANTIRÁ RESPALDO JURÍDICO PARA EDUCAÇÃO FÍSICA NA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO.

Hoje nós temos os cursos de Técnicos de EDUCAÇÃO FÍSICA a nível de 1º grau e os Cursos de Bacharel sem nenhum amparo legal para sua absorção no mercado de trabalho.

Necessário se faz tomar providências.

Aqueles que tem vocação pela área Escolar Curricular, que prEducação Físicaerem atuar somente e exclusivamente na EDUCAÇÃO FÍSICA Curricular, NÃO HÁ NENHUMA INTERFERÊNCIA NEM PREJUÍZO CAUSADO PELO ADVENTO DA REGULAMENTAÇÃO, pois, fica claramente dEducação Fisicainido no Projeto de que a fiscalização do exercício do Profissional de EDUCAÇÃO FÍSICA compete aos Conselhos Federal e Regionais de EDUCAÇÃO FÍSICA RESSALVADAS AS ATIVIDADES RELACIONADAS AO ENSINO REGULAR, ADSTRITAS À LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL PRÓPRIA.

A resistência com a argumentação de Reserva de Mercado, Corporativismo e outras designações, ponderamos que a sociedade merece e deve ser respeitada, atendida condignamente por Profissionais qualificados.

Não poucas vezes nos deparamos com o indivíduo de agasalho desenvolvendo atividades físicas e ser considerado pelos praticantes PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, sem que o mesmo tenha diploma. É um estigma que precisa ser modificado e clareado.

O ASPECTO OU A FORMULAÇÃO JURÍDICA DA LEI DEVE ESTABELECEER, POR MEIO DE UM FUNDAMENTO OU PRINCÍPIO LEGAL, AS PARTICULARIDADES ESPECÍFICAS E NECESSÁRIAS AO DESENVOLVIMENTO DA PROFISSÃO.

NÓS NÃO ASPIRAMOS QUAISQUER PRIVILÉGIOS, OU PRERROGATIVAS NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.

RESUMO DE TRABALHO - MESA REDONDA

REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO

JOSÉ LUIZ SOBIERASJSKI

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC

Demonstrar a evolução da legislação referente ao contexto da Educação Física.

Abordagem preliminar - Constituição Federal - art.5º , inciso XII

Abordagem específica :

- Dec. Lei nº 526, de 010738 - art. 2º , §1º , h.
- Dec. Lei nº 526, de 010738 - art. 2º , §1º , h.
- Dec. Lei nº 526, de 010738 - art. 5º , 1.
- Dec. Lei nº 1.212, de 070439 - art. 1º , 2º , 35,36,37,38,40.
- Dec. Lei nº 3.199, de 140441 - art.52.
- Portaria Ministerial nº 254, de 011041 (MEC) art.41.
- Dec. Lei nº 5.343, de 180364 - art. 4º , 11.
- Projeto de Lei nº 330-A/95

A definição profissional através da lei, demarcando nitidamente o campo laboral do profissional de Educação Física.

RESUMO DE TRABALHO - MESA REDONDA

PERSPECTIVAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO 3º GRAU

ERNANI BEVILAQUA CONTURSI

UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ - RJ

Visão crítica da formação do profissional de Educação Física,
com o desenvolvimento tecnológico do Sport Fitness

Educação Física para quê?! Para Quem?! Por que?!

RESUMO DE TRABALHO - MESA REDONDA

PERSPECTIVAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO 3º GRAU

GIOVANI DE LORENZI PIRES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC

Num mundo de cultura e economia globalizadas, onde as relações de trabalho e o modo de financiamento da produção vêm sendo significativamente alterados pela política neoliberal, torna-se muito importante uma discussão sobre as perspectivas político-pedagógicas da Educação Física no 3º Grau e, por extensão, da própria área de conhecimento. Obviamente, não é possível nesta intervenção fazermos o aprofundamento desta discussão. Todavia, pretendo apontar alguns tópicos para a Educação Física, que considero urgente. Para melhor compreensão, classificaria tais tópicos dois níveis, um interno e outro externo, os quais, sinteticamente, apresento sob a forma de questionamentos fundamentais “*o quê ensinar*” e “*para quê ensinar*”. A primeira pergunta nos conduz a uma discussão quanto ao (ou a inexistência do) seu estatuto epistemológico, perspectivando o *objeto de estudo da Educação Física*. As contribuições advindas de diferentes ciências, muitas vezes a oposição entre elas, ou a tentativa de reunião (ou justaposição?) destas contribuições numa ciência autônoma, são, enfim, situações que não garantiram até hoje a Educação Física, com clareza, o nosso objeto de estudo e, por conseguinte, a nossa legitimação acadêmica. Em vista disto, temos dificuldades também em responder ao segundo questionamento. Várias “possibilidades” de resposta podem nos apontar para diferentes caminhos, todos importantes, ainda que nenhum definitivo. Uma destas “possibilidades”, que considero bastante apropriada para o momento mundial e para o tema desta mesa, objetivaria a chamada *educação para o lazer*. Entretanto, este enfoque não pode prescindir de uma contextualização política e social do significado do lazer, e da conscientização pelo direito de acesso crítico e autônomo ao lazer, como forma de inserção na cidadania plena.

RESUMO DE TRABALHO - MESA REDONDA

PERSPECTIVAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO 3º GRAU

CLEIDE MARLENE VILLAUTA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA - UEL

A Prática de Educação Física, da Universidade Estadual de Londrina, até o ano de 1995 era feita por opções, onde o aluno escolhia de 01 a 04 atividades físicas por ordem de preferência e a Coordenadoria de Assuntos de ensino de Graduação, determinava o horário e a disciplina do discente, considerando a média geral acumulada.

Devido a pouca oferta de horários e modalidades na PEF, geralmente os acadêmicos eram matriculados em segunda, terceira ou quarta opção e, por não realizarem a atividade física de maior preferência, havia uma desistência de aproximadamente 50%.

Diante dos fatos, em 1996, houve uma nova proposta de PEF, em sistema de rodízio, onde a cada 06 aulas os alunos iniciavam uma nova atividade (Dança, esporte, ginástica, luta). O objetivo era levar os alunos à prática de atividade física de maneira adequada, orientando-os através de aulas teóricas e práticas, quanto ao tipo de atividade, intensidade, frequência e duração da mesma, conscientizando-os da importância da prática de atividade física regular no sentido de obter melhor nível de saúde e qualidade de vida.

Aliado ao rodízio da PEF, havia o Programa Especial de Treinamento, que objetivava o desempenho atlético para futuras competições - Jogos Universitários.

A PEF em sistema de rodízio foi considerada BOA, como mostram os dados da pesquisa a seguir, que foi aplicada aos alunos:

MUITO BOA	BOA	RUIM	PÉSSIMA	TOTAL
120	508	22	04	654

A pesquisa também, mostrou que os acadêmicos querem fazer a escolha da modalidade e do horário que sejam compatíveis com suas afinidades e suas atividades diárias.

Para isso fez-se necessário uma readequação da PEF com a preocupação em ampliar a oferta de horários e modalidades para o ano de 1997, dando oportunidade ao aluno de se matricular na atividade física de maior preferência e escolher o horário mais apropriado.

A PEF em 1997, atenderá aproximadamente 1600 alunos, com horários variados, de manhã, na hora do almoço, à tarde e à noite, nas seguintes atividades físicas:

- Voleibol, Basquetebol, Handebol, Natação, Futebol Suíço, Judô, Capoeira, Condicionamento Físico, Hidroginástica, Ginástica Localizada, Jogos Recreativos, Futsal, Atletismo, Cama Elástica, Musculação, Dança de Salão, Alongamento, Tênis de Campo e Hidroterapia.

FORMAS DE TRABALHO:

Ia - Atividades que buscam aptidão física relacionada à saúde: resistência cardiorespiratória, flexibilidade e resistência muscular localizada, diminuindo assim, a probabilidade de desenvolvimento de doenças hipocinéticas.

Ib - Atividades que buscam aptidão física relacionada ao desempenho atlético: a agilidade, o equilíbrio, a coordenação, a potência e as velocidades de deslocamento e de reação e também, o aperfeiçoamento técnico/tático.

Buscou-se, também, levar o aluno a experienciar várias formas de atividades físicas com o objetivo de que fosse despertado no mesmo o interesse em participar de atividades físicas que não faziam parte do seu dia-a-dia.

Ao se vislumbrar a não obrigatoriedade da PEF no 3º grau com a aprovação da nova LDBEN, procurou-se nas alternativas realizadas, mostrar aos alunos a importância da atividade física como promoção de saúde e lazer. Desta forma, poderão ser oferecidas aos alunos, oportunidades de participações espontâneas em atividades físicas através de inúmeros projetos de extensão.

Os estudos estão possibilitando a implantação de um projeto que além de buscar a garantia da qualidade total nos serviços da PEF, também possibilitará atingir os objetivos enumerados anteriormente.

Denominado provisoriamente de **Núcleo de Atividade Física (NAFI)**, terá as seguintes atribuições:

- promover a capacitação dos docentes
- viabilizar o NAFI em projetos de extensão, pesquisa e prestação de serviços;
- função gratificada para a coordenação;
- um secretário para atendimento geral;
- realização de um Fórum de debates;
- matrícula TELENAFI e INTERNET;
- avaliação médica;
- avaliação física;
- carteira de identificação individual de cada aluno;
- promoção de festivais, caminhadas, campeonatos, atividades recreativas, gincanas, etc.

Acredita-se, portanto, que a Prática de Educação Física no terceiro grau deve deixar de ser uma prática com o fim nela mesma e se tornar uma atividade prazerosa, espontânea e com significado para o aluno.

“Prever o futuro foi sempre uma tarefa arriscada”, afirma José Goldemberg, mas com bastante energia e criatividade acredita-se na prosperidade

Parafrazeando Sêneca:

“Para quem sabe aonde ir, os ventos serão favoráveis”.

RESUMO DE TRABALHO - MESA REDONDA

EDUCAÇÃO FÍSICA E A NOVA LDB

MARIA DA GRAÇA BOLLMANN

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC

A atual LEI de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi elaborada no período da Ditadura Militar - 1971 - Lei 5.692. Para o Ensino Superior vigora até hoje a Lei 5.549 de 1968.

Com a aprovação da nova Constituição Federal em 1988 e, considerando os avanços obtidos no capítulo da Educação, os educadores brasileiros se reuniram no Fórum Nacional de Educação Física da Escola Pública propondo uma nova LDB.

Tal projeto foi enviado à Câmara Federal, e seja no seu conteúdo, seja na sua tramitação, expressa um caráter democrático.

Contraopondo-se à construção democrática da lei maior da Educação, o governo neoliberal de FHC, apresenta em 1995 outro projeto de LDB.

Com isso, a sociedade brasileira continua na Educação Física do projeto por ela constituído.

RESUMO DE TRABALHO - MESA REDONDA

EDUCAÇÃO FÍSICA E A NOVA LDB

EDISON LUIZ SANTOS CARDOZO

ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO RIO GRANDE DO SUL - APEF - RS

1. UM BREVE HISTÓRICO

- Motivação por mudanças na Educação Nacional
- Projeto de Lei 1258/88 - Deputado Otávio Elísio
- Tramitação na Câmara dos Deputados - emendas - aprovação
- Encaminhando ao Senado - movimentação e emendas
- Substitutivo Cid Sabóia - Pl 101/93
- Manobras de votação
- Substitutivo Darcy Ribeiro
- Aprovação no Senado
- Volta a Câmara dos Deputados

2. EDUCAÇÃO FÍSICA NA LDB

- Na Legislação Vigente
- No Projeto Cid Sabóia
- No Projeto Darcy Ribeiro
- Interpretações do texto aprovado no Senado - Art.24 Parágrafo 1º e Artigo 25 - IV
- Movimentações da Comunidade Educacional
- O que esperar?

3. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO

- Parâmetros Curriculares Nacionais - Versão Preliminar
- A Educação Física no Ensino Fundamental
- Base Nacional Comum

4. QUESTIONAMENTOS E DEBATES

RESUMO DE TRABALHO - MESA REDONDA

EDUCAÇÃO FÍSICA E A NOVA LDB

OSNI JACÓ DA SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC

Desde 1988, discute-se no Congresso Nacional com a finalidade de formular uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional - LDB. Extremamente necessária, esta deverá ser uma verdadeira "*constituição*" da educação brasileira que além de normatizar, atualizará todos os aspectos relativos à educação, em todos os níveis; infantil, fundamental, médio e superior. Estarão previstos, por exemplo: as responsabilidades dos Estados, da União e dos Municípios; as formas de organização dos sistemas público e privado; os objetivos específicos em cada nível do ensino; as diretrizes para a formação dos profissionais da educação; as formas do financiamento; a educação para grupos especiais e; enfim, tudo o que é necessário para disciplinar todo processo educacional. Logo, muitos interesses estão envolvidos. "Lobyes" poderosos tem tentado e, muitas vezes conseguido, impor seus pontos de vista. Um dos maiores "lobistas" é o próprio governo federal que quer agradar ao FMI.

Este processo, de construção coletiva de um LDB, iniciou-se pela Câmara dos Deputados, foi longo, cerca de cinco anos. Neste período foram realizados muitos debates resultando em um Projeto de LDB da Câmara, que, se não era perfeito, tinha como uma das suas qualidades o fato de ter sido gerado por um processo razoavelmente democrático. Ao chegar no Senado, a LDB sofreu um golpe do Senador Darcy Ribeiro, apoiado pelo Governo FHC. O Senador apresentou um substitutivo global ao Projeto de LDB da Câmara que, através de uma manobra regimental, passou a tramitar substituindo a LDB da Câmara.

Que problemas apresenta a LDB de autoria do Senador Darcy Ribeiro? Muitos. Só para ilustrar, trata a educação como adestramento visando atender às necessidades do mercado, deixando em segundo plano a formação do cidadão.

Neste evento, abordaremos os aspectos da LDB relacionados com a Educação Física. Ao contrário da obrigatoriedade curricular prevista na legislação atual e na LDB da Câmara, o projeto Darcy Ribeiro diz: "*Os currículos valorizarão as artes e a educação física (GN) de forma a promover o desenvolvimento físico e cultural dos alunos.*" Ao contrário, a LDB da Câmara previa: "*A Educação Física integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica...*" Há também, aspectos positivos relacionados ao desporto educacional e às práticas desportivas não-formais, previstas na LDB da Câmara, que sequer foram ventilados por Darcy Ribeiro.

Há grande possibilidade de que esta LDB do Senado, danosa à Educação de forma geral e, em especial, à Educação Física, seja aprovada sem grandes modificações. Isto seria um grande retrocesso para a Educação Física, com efeitos imediatos para a educação e para o mercado de trabalho da área.

TEMAS LIVRES

REGULAMENTAÇÃO PARA APRESENTAÇÕES DE TEMAS LIVRES

NORMAS GERAIS PARA APRESENTAÇÃO DOS TEMAS LIVRES

1. As apresentações serão constituídas por um Coordenador e pelo Apresentador.
2. O tempo total de apresentação de cada Tema será de 15 (quinze) minutos
3. No final de cada apresentação, haverá 10 (dez) minutos para debates

CABERÁ AO COORDENADOR

- Abrir e encerrar a sessão;
- Apresentar e dar a palavra ao Apresentador;
- Coordenar as perguntas do Plenário e tecer comentários que julgar pertinentes;
- Evitar que se estabeleçam debates paralelos entre os membros da Mesa e entre estes e a audiência;
- Entregar os certificados ao final da sessão;
- Verificar antes do início da sessão, se todo material necessário à exposição está disponível e organizado;
- Controlar rigorosamente o tempo de exposição e debate:
- Faltando 2 minutos para encerrar a apresentação, o Coordenador deverá avisar o apresentador;
- Encerrando o tempo, o apresentador terá no máximo 30 segundos para terminar a sua apresentação;
- Ter conhecimento prévio dos Temas Abordados em suas sessões;
- Trazer perguntas que promovam a discussão dos Temas apresentados, se necessário.

CABERÁ AO APRESENTADOR

- Comparecer à secretaria pelo menos 30 minutos antes de sua apresentação;
- Cumprir rigorosamente o tempo previsto para sua apresentação;
- Encaminhar qualquer pedido diretamente ao Coordenador da sessão;
- Responder às perguntas formuladas pela Plenária.

TEMAS LIVRES
AUDITÓRIO DO CENTRO DE
CONVIVÊNCIA DA UFSC
22/11/96 - SEXTA-FEIRA
HORÁRIO: 14:00 ÀS 16:00 HORAS

COORDENADORA: PROF^a. MARIA HELENA KRAESKI - UDESC

**01. RESUMO: A IMPORTÂNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO
TEÓRIA NO 3º GRAU.**

AUTOR: TEIXEIRA, Carlos Alberto Alves

**02. RESUMO: AUTONOMIA E PROJETO DE FORMAÇÃO: PELA
LEGITIMIDADE DA EDUCAÇÃO E ESPORTES NA
UNIVERSIDADE**

AUTORA: ARAÚJO, Lúcia Rejane Pereira de.

**03. RESUMO: AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO MOTOR E
SUA CORRELAÇÃO COM OS TRANSTORNOS DE
APRENDIZAGEM**

AUTOR: NETO, Francisco Rosa

RESUMO: A IMPORTÂNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA CURRICULAR NO 3º GRAU.

AUTOR: TEIXEIRA, Carlos Alberto Alves
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

A UDESC foi a primeira Universidade em Santa Catarina a implantar a Prática Desportiva em 1971 na antiga Faculdade de Engenharia de Joinville. Na sequência, em 1975, na Faculdade de Veterinária em Lages. E em seguida consolidou-se em 1977 nos cursos sediados na sede em Florianópolis. A partir de 1992 a Prática Desportiva, através da Resolução 105/92/CONSEPE, tornando-se uma disciplina obrigatória a todos os alunos da UDESC, denominada Educação Física Curricular. Além das atividades oferecidas para a prática de seus alunos, o enfoque principal sedimenta-se nas ementas do contexto teórico, em uma perspectiva de uma Educação Física permanente. Na teoria, os acadêmicos são informados sobre a importância da Atividade Física, para sua vida, através da Educação Física reflexão do conhecimento do corpo, estilo de vida e conceito de saúde, stress e outros pontos fundamentais para a melhoria da qualidade de vida. A UDESC, na busca do aperfeiçoamento do processo, também preocupou-se em oferecer atividades que vêm ao encontro com interesses dos cursos, em suma seria oferecer um produto que atenda as necessidades e desejos do aluno. As experiências foram positivas no Centro de Artes com Dança de Salão e Ginástica Acrobática, a Recreação no curso de Pedagogia e Hidroginástica e Natação no curso de Fisioterapia. O grande desafio para quebrar a barreira para que o aluno se interesse pela Educação Física, é função do professor sensibilizar e convencer os alunos. Para tanto o conhecimento e a capacidade de buscar informações na área que compõe a ementa, é fundamental.

RESUMO: AUTONOMIA E PROJETO DE FORMAÇÃO: PELA LEGITIMIDADE DA EDUCAÇÃO E ESPORTES NA UNIVERSIDADE

**AUTORA: ARAÚJO, Lúcia Rejane Pereira de
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFCE**

O presente trabalho expõe uma crítica à permanência da obrigatoriedade da prática de Educação Física ou Desportiva no 3º grau nas Instituições de Ensino Superior e busca resgatar a autonomia universitária, especificamente no âmbito didático-pedagógico, como a via legal e legítima para estabelecer a ruptura frente ao projeto legalista que a sustenta. Fundamenta-se inicialmente na contradição entre concepção de Universidade e sua função social, e os objetivos estabelecidos para esta atividade curricular explicitados em seu projeto legalista, o qual foi estabelecido de forma autoritária durante o período da ditadura no Brasil. Configurando-se como um estudo teórico defende a tese da insustentabilidade desta Prática de Educação Física no 3º grau porque é ancorada na legalidade e em interesses corporativos. Aponta dois caminhos para inserção desta área de conhecimento no Ensino Superior : 1) integração ao projeto pedagógico de formação a partir de reflexões do colegiado do curso sobre a necessidade e significância deste conhecimento e a forma de tratá-lo na dinâmica curricular; 2) enquanto atividades de extensão aberta à comunidade universitária a partir de um plano de Educação Física & Esportes, a ser desenvolvido com competência, autonomia e criticidade.

RESUMO: AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO MOTOR E SUA CORRELAÇÃO COM AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

AUTOR: NETO, Francisco Rosa

Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

Nos últimos anos os métodos utilizados para diagnosticar os transtornos de aprendizagem não têm sido satisfatórios para a comunidade científica, comunidade escolar e pais de alunos. Este trabalho tem como objetivo oferecer um método eficaz para avaliar as alterações neuropsicomotoras, possibilitar um melhor diagnóstico e realizar um seguimento clínico evolutivo de crianças de 3 a 10 anos com tais alterações, oferecendo um tratamento precoce.

Foi avaliado o desenvolvimento motor em 180 escolares, divididos em dois grupos (experimental e controle), através da Escala de Desenvolvimento Motor "PVA", e correlacionado com os transtornos de aprendizagem. O grupo experimental consiste em 60 crianças atendidas na Consulta de Neuropsiquiatria Infantil, Hospital Infantil "Miguel Servet", Zaragoza (Espanha), período de janeiro de 1994 a outubro de 1995, idade compreendida de 3 a 10 anos, com um diagnóstico clínico de dificuldades de aprendizagem (dificuldade em leitura, expressão escrita e cálculo, dificuldade na coordenação ; problemas fonológico e de linguagem expressivo ; transtorno por déficit de atenção com hiperatividade), segundo os critérios do DSM-IV. Não foram considerados escolares com transtornos auditivo, visual, mental e neurológico. Foram realizados exames complementares como : testes de inteligência (McCarthy / WISC) e teste de lectoescritura (TALE), exames clínicos (cartografia cerebral e idade óssea), antropometria (peso, altura, perímetro cefálico, perímetro de braço, dobras cutâneas e exame postural) e avaliado o rendimento escolar (global, leitura, escrita e cálculo). O grupo controle consiste em 120 escolares matriculados no ensino público de pré-escolar e primário, durante os cursos 93/94 e 94/95. Os dois grupos foram submetidos as provas de desenvolvimento motor, onde se examinaram oito áreas (desenvolvimento motor

global, motricidade fina, motricidade global, equilíbrio, esquema corporal, organização espacial, organização temporal e lateralidade).

Todas as áreas de desenvolvimento motor foram correlacionadas com as áreas de rendimento escolar e também com os transtornos de aprendizagem e foram observados resultados bastante significativos ($p < 0,0001$).

As crianças com transtornos de aprendizagem apresentam um desenvolvimento motor inferior ao esperado pela idade e escolarização. A prevalência das dificuldades de aprendizagem está entre 3 e 5% dos escolares. As dificuldades de aprendizagem são mais frequentes em meninos que meninas, proporção de 2 : 1.

TEMAS LIVRES
AUDITÓRIO DO CENTRO DE
CONVIVÊNCIA DA UFSC
23/11/96 - SÁBADO
HORÁRIO: 14:00 ÀS 16:00 HORAS

COORDENADOR: PROF. CARLOS ALBERTO ALVES TEIXEIRA - UDESC

01. RESUMO: CAPOEIRA NO CURRÍCULO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (PRÁTICAS DESPORTIVAS E GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA) RESGATANDO OS ASPECTOS SÓCIO-POLÍTICO-ECONÔMICOS E CULTURAIS DA PARTICIPAÇÃO DO NEGRO AFRICANO NA EXPRESSÃO CORPORAL DO POVO BRASILEIRO

AUTORES: REIS, André Luiz Teixeira.

02. RESUMO: DIAGNÓSTICO PRELIMINAR DA PREDISPOSIÇÃO DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA CURRICULAR - UFSC PARA A PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICAS DE AVENTURA

AUTORES: ALLÓ, Geraldo O.N. & NASSER John P.

03. RESUMO: OBJETIVOS PRIORITÁRIOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA ENTRE ALUNOS DE GRADUAÇÃO: DADOS DESCRITIVOS EXPLORATÓRIOS A PARTIR DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA A.C.M DE SOROCABA

AUTOR: JUNIOR, Edgar Martiello

RESUMO:CAPOEIRA NO CURRÍCULO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (PRÁTICAS DESPORTIVAS E GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA) RESGATANDO OS ASPECTOS SÓCIO-POLÍTICO-ECONÔMICOS E CULTURAIS DA PARTICIPAÇÃO DO NEGRO AFRICANO NA EXPRESSÃO CORPORAL DO POVO BRASILEIRO

AUTOR: REIS, André Luiz Teixeira.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB

OBJETIVO: Relatar aos participantes do evento, através de exposição oral e apresentação de slides e vídeo, a experiência realizada no Departamento de Educação Física da UnB. A proposta de oferecer a capoeira como atividade física tem intenção de informar os alunos sobre o negro no Brasil, sua participação na identidade sócio-cultural do povo brasileiro, fazendo um paralelo entre a história e a expressão corporal. A cultura do corpo demonstrando o determinismo de uma classe oprimida que lutou contra a exploração, o autoritarismo e a arbitrariedade.

METODOLOGIA: São aplicadas aulas teóricas e práticas. As aulas teóricas são compostas de conteúdos sobre a história do negro e da capoeira na formação da cultura corporal brasileira; aspectos que a caracterizam como “ginástica brasileira”(Inezil Pena Marinho - 1981); tradições e simbologias da capoeira; a interação entre a dança, a luta e os rituais festivos que podem ser comparados às manifestações culturais brasileiras. As aulas práticas evidenciam vivências e experiências motoras individuais ou coletivas onde existem cânticos, palmas, instrumentos musicais, interações grupais com funções diversificadas, entre outros.

CONCLUSÃO/RESULTADOS: A avaliação dos resultados tem sido feita através da melhoria qualitativa da compreensão da abrangência dos aspectos teórico-práticos da capoeira através do movimento.

RESUMO: DIAGNÓSTICO PRELIMINAR DA PREDISPOSIÇÃO DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA CURRICULAR - UFSC PARA A PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICAS DE AVENTURA

AUTORES: ALLÓ, Geraldo O.N. & NASSER John P.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC

O objetivo desta pesquisa preliminar é apresentar as Atividades Físicas de Aventura como uma nova possibilidade de cultura ligada ao movimento humano e verificar a predisposição dos alunos da Educação Física Curricular (EFC - UFSC) à prática destas.

A amostra utilizada foi de dezenove alunos regularmente matriculados na disciplina Natação oferecida na Educação Física, visando levantar informações sobre o que eles pensam da obrigatoriedade desta disciplina e sua predisposição em praticar atividades físicas de aventura, caso fosse oferecido na Educação Física.

Dos resultados apresentados destaca-se que 5/19 discordam da obrigatoriedade da disciplina, 6/19 são a favor que seja obrigatória por dois semestres, 2/19 por um semestre e 5/19 por quatro ou mais semestres. Se a prática desportiva não fosse obrigatória mas oferecida, 7/19 fariam uma atividade física, 6/19 fariam dependendo da modalidade oferecida, 5/19 fariam dependendo da compatibilidade de horários e apenas 1/19 não faria. Em relação as atividades de aventura , 6/19 já praticavam, 8/19 não pratica porque não sabe como e onde fazê-lo e 2/19 não praticam por considerá-las perigosas; 18/19 afirmam que se fosse oferecido na Educação Física, atividades de aventura, estariam dispostos a praticar a 1/19 não estaria disposto. 8/19 consideram as atividades de aventura como uma alternativa na busca de emoções e sensações prazerosas, e 10/19 como sendo uma oportunidade a mais de movimento. Com bases nos resultados, é possível afirmar que há uma predisposição para a prática de atividades físicas de aventura.

RESUMO: OBJETIVOS PRIORITÁRIOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA ENTRE ALUNOS DE GRADUAÇÃO: DADOS DESCRITIVOS EXPLORATÓRIOS A PARTIR DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA A.C.M. DE SOROCABA.

AUTORES: ROSA, Alberto Magno/ JUNIOR, Edgard Matiello/ GONÇALVES Aguinaldo - SOROCABA -SP

Ao se tratar dos objetivos da Educação Física (EF) enquanto prática profissional, têm-se apresentado referências as mais diversas, no sentido da formação global do aluno, aprendizagem de jogos e esporte, condicionamento físico e socialização, dentre outras, que se alternam em decorrência das mudanças sócio-políticas da sociedade, ao longo dos tempos. Já em estudo recente, observou-se que para frequentadores de aulas de Educação Física Curricular, ministrada ao terceiro grau de outros cursos, os objetivos apontados como os prioritários dessa prática prenderam-se a aspectos biológicos e neuro-comportamentais. Dado este quadro, portanto, como interesse central do estudo, buscou-se identificar quais são as prioridades para formação e atuação profissional da área, entre alunos de graduação de Licenciatura Plena em Educação Física. Para tanto, foram obtidos dados entre acadêmicos da Faculdade de Educação Física da A.C.M. de Sorocaba, instituição privada que mantém curso dividido em oito semestres letivos, em dois períodos. Aos alunos que se situam no primeiro e oitavo semestres (respectivamente 30 e 24), período noturno, foram distribuídos formulários, modelo já utilizado em estudo similar, nos quais constavam dez objetivos da EF, bem como respectivos detalhamentos acerca do entendimento conceitual dos autores. Sinteticamente, os objetivos apresentados foram: i) valores democráticos; ii) competência social; iii) vigor orgânico; iv) valorização cultural; v) lazer; vi) auto-realização; vii) desenvolvimento mental; viii) estabilidade emocional; ix) habilidades neuromusculares e; x) força espiritual e moral. A partir do instrumento, foram instruídos para elencarem, dentre as possibilidades oferecidas, aqueles de maior prioridade, até chegarem aos de menor importância (através da anotação de

valores de 1 a 10, sem que se permitisse repetição desses números). Entre os resultados mais expressivos, após tratamento descritivo dos dados, apresentaram-se: i) de forma geral, os mais votados foram desenvolvimento mental e habilidades neuro-musculares; ii) ao se dividir os grupos por sexo, desenvolvimento mental se mantém em primeiro, tanto para homens quanto para mulheres; iii) para o primeiro semestre, o primeiro e segundo objetivos foram desenvolvimento mental e auto realização, enquanto que, para o oitavo semestre, habilidades neuromusculares e desenvolvimento mental; iv) ainda, tratando-se da divisão por semestre letivo, lazer aparece como menos votado para o primeiro semestre e; v) força espiritual e moral é a última prioridade em três situações seguidas - no quadro geral (entre todos os 54 investigados); para os alunos do oitavo semestre e para as mulheres-. Complementarmente, resultados adicionais foram articulados a partir de respectivas listagens, quadros, tabelas e gráficos.

**AVALIAÇÃO DO V SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
FÍSICA NO TERCEIRO GRAU E VII CONGRESSO
CATARINENSE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Objetivo desta avaliação é reunir informações críticas sobre o funcionamento deste evento, através da sua participação, que trarão subsídios importantes para a elaboração do documento final.

1. DADOS DO PARTICIPANTE

- estudante universitário
- formado
- especialista
- mestrado
- mestre
- doutorado
- outro. Qual?.....

2. ATUAÇÃO

- 1° e 2° grau
- 3° grau
- outro. Qual?.....

2. ORGANIZAÇÃO

2.1. As atividades foram cumpridas de acordo com a programação divulgada.

- concordo totalmente
- concordo em parte
- discordo em parte
- discordo totalmente
- não acompanhei o suficiente para responder
- outro. Qual?.....

2.2. A organização do evento foi importante para você poder participar das atividades programadas

- () concordo totalmente
- () concordo em parte
- () discordo em parte
- () discordo totalmente
- () outro. Qual?.....

3. CONTEÚDOS DAS ATIVIDADES DO EVENTO

3.1. Quanto a LDB, você considerou importante a abordagem deste tema.

- () concordo totalmente
- () concordo em parte
- () discordo em parte
- () discordo totalmente
- () outro. Qual?.....

3.2. As atividades realizadas sobre a LDB, atenderam as expectativas esperadas.

- () concordo totalmente
- () concordo em parte
- () discordo em parte
- () discordo totalmente
- () outro. Qual?.....

3.3. O tema LDB, deve continuar sendo debatido nos próximos eventos.

- () concordo totalmente
- () concordo em parte
- () discordo em parte
- () discordo totalmente
- () outro. Qual?.....

3.4. Quanto a Educação Física no Terceiro Grau (Prática Desportiva), você considerou importante a abordagem deste tema.

- () concordo totalmente
- () concordo em parte
- () discordo em parte
- () discordo totalmente
- () outro. Qual?.....

3.5. As atividades realizadas sobre a Educação Física no 3º Grau atenderam as expectativas esperadas.

- () concordo totalmente
- () concordo em parte
- () discordo em parte
- () discordo totalmente
- () outro. Qual?.....

3.6. A Educação Física no 3º Grau deve continuar sendo debatida nos próximos eventos.

- () concordo totalmente
- () concordo em parte
- () discordo em parte
- () discordo totalmente
- () outro. Qual?.....

3.7. Quanto a regulamentação da profissão de Educação Física, você considerou importante a abordagem deste tema.

- () concordo totalmente
- () concordo em parte
- () discordo em parte
- () discordo totalmente
- () outro. Qual?.....

3.8. As atividades realizadas sobre a regulamentação da profissão de educação física, atenderam as expectativas esperadas.

() concordo totalmente

() concordo em parte

() discordo em parte

() discordo totalmente

() outro. Qual?.....

3.9. O tema regulamentação da profissão de Educação Física, deve continuar sendo debatido nos próximos eventos.

() concordo totalmente

() concordo em parte

() discordo em parte

() discordo totalmente

() outro. Qual?.....

3.10. Você acha necessário que os profissionais de Educação Física participantes deste evento, se posicionem a respeito dos temas apresentados.

() concordo totalmente

() concordo em parte

() discordo em parte

() discordo totalmente

() outro. Qual?.....

**AVALIAÇÃO DO V SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
FÍSICA NO TERCEIRO GRAU E VII CONGRESSO
CATARINENSE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Esta avaliação objetivou coletar informações sobre a formação e atuação dos participantes, e também a opinião dos mesmos, referentes a organização e os conteúdos apresentados na conferência de abertura, palestras, mesas redondas e temas livres. Além desta avaliação, a comissão organizadora elaborou uma proposta de documento do evento, que foi discutida com os participantes e aprovado por unanimidade.

Pelas informações coletadas nos instrumentos verificou-se que 50% dos participantes tinham cursos de especialização, 20% eram estudantes universitários, 10% graduados, 7,5% estão cursando mestrado, 5% doutorandos, 5% já são mestres e 2,5% doutores. Já o campo de atuação desses profissionais encontra uma predominância de 54,54% no ensino de terceiro grau, e 45,45% com atuação no primeiro ou segundo grau ou em apenas um deles.

No item organização, os dados mais significativos referem-se ao cumprimento das atividades de acordo com a programação divulgada, valendo ressaltar que a organização inverteu os horários das mesas sobre Regulamentação da Profissão e LDB para possibilitar a participação de um dos convidados da mesa, em outro evento; o que talvez justifique a concentração das respostas em 60% concordando em parte e 35% concordando totalmente, continuando ainda na análise das respostas a respeito da organização como facilitadora para a participação no evento, encontramos os percentuais mais significativos em concordando totalmente 72,5% e concordando em parte 22,5%.

Passando para a avaliação das temáticas apresentadas, inicialmente referente a LDB, os participantes posicionaram-se quanto a importância do tema, com a concentração de 87,5% concordando totalmente, 10% concordando em parte; foram as respostas mais significativas. Quanto a mesa redonda sobre a LDB, as principais concentrações das respostas ficaram em 50% concordando totalmente e 40% concordando em parte. A respeito do atendimento das expectativas, para finalizar, os participantes indicam pela continuidade da discussão deste tema nos próximos eventos, com o percentual de concordância total de 92,30% e concordância em parte de 7,68%.

A temática Educação Física no terceiro grau, encontrou nos participantes 67,5% concordando totalmente e 27,5% concordando em parte com a importância do tema, contudo, observa-se que a mesa redonda que apresentou e debateu o assunto com os participantes não conseguiu atender plenamente as expectativas, pois 68,42% concordaram em parte, 15,78% concordaram totalmente. Esta análise vem ao encontro da questão anterior quando 67% concordaram totalmente com a relevância do tema escolhido, quando 80% concordaram totalmente e 20% concordaram em parte, que este tema deve continuar sendo debatido nos próximos eventos.

O tema Regulamentação da Profissão apresentou o percentual mais elevado entre os três temas do evento, onde 90% dos participantes concordaram totalmente com a importância do mesmo. Pelas características da composição da mesa com um debatedor a favor da regulamentação, outro contrário e uma advogada que apresentou as questões jurídicas, esta foi a que despertou maior participação, porém, a complexidade do tema, aliado ao interesse de alguns participantes em desviar a discussão para outras questões, prejudicou o aprofundamento, mesmo assim verificou-se que 57,5% concordaram totalmente em relação ao atendimento das suas expectativas, 37,5% concordaram em parte e 7,5% discordaram em parte, fatos estes que recebem reforço

significativo ao analisarmos a questão que se referia à continuidade do debate deste temário nos próximos eventos, onde encontrou-se 89,47% concordando totalmente, 5,26% concordando em parte e 5,26 discordando em parte.

A última questão do instrumento, referiu-se a necessidade dos profissionais participantes do evento, tomarem posicionamento sobre os temas apresentados. Nesta questão verificou-se que apesar dos percentuais encontrados serem de 71,05% de concordância total, para uma tomada de posição, todavia encontrou-se 23,68% que concordaram em parte, 2,63% que discordam em parte e 2,63% que discordam totalmente quanto a tomada de posição. Estes percentuais apontam para a necessidade do aprofundamento de discussões sobre questões políticas referente a profissão de Educação Física, contudo, verifica-se uma contradição quando os presentes no último período do evento, discutiram a proposta do documento do congresso e a aprovaram por ampla maioria.

**DOCUMENTO FINAL DO V SEMINÁRIO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO FÍSICA NO TERCEIRO GRAU E VII CONGRESSO
CATARINENSE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO

A Regulamentação da Profissão como parte do temário oficial significou uma preocupação presente há vários anos, mas não percebida por alguns profissionais da Educação Física. Enquanto a consciência de uma visão jurídica que envolvia o exercício profissional ainda não se fez próprio no grupo de professores de Educação Física, ao mesmo tempo não falta a ocupação do espaço por grupos inaptos e por vezes inescrupulosos, os quais oferecem a sedução de ambientes físicos sofisticados em equipamentos e aparência, sem a conduta técnica e ética adequada à população que paga por serviços (ou desserviços) do modo ingênuo. É na voz silenciada de professores de Educação Física que muitas ações descabidas falam em muitos corpos. Refletimos que essas ações são desenvolvidas, quase sempre, por curiosos e especuladores. É o lucro apenas, é o modismo tão somente, é o lugar de desvios muitas vezes.

O interesse pela regulamentação profissional, antes de mais nada foi visto neste encontro como um sinal de alerta à nossa própria responsabilidade no caminho da afirmação com nossa prática social, a qual vai muito além de ministrar aulas em escolas de 1º, 2º e 3º graus.

Neste evento, o convite à participação de três conferências encadeando temas dos novos tempos e a possível colocação da Educação Física enquanto profissão, falam por si só. Tais conferências entrelaçam temas de Educação Física que por certo, não mais serão sufocados à entrada do século XXI. Ressaltadas as propostas de justiça

face ao acesso de todos ao direito à compreensão do seu corpo vai nisso, a atenção à linguagem da sabedoria que todo corpo possui, e a presença da Educação Física mostrará sua fisionomia nesse rumo. E isto não se faz isoladamente. A ciência estará a rever seu vívido nacionalismo e a buscar a convergência com a arte, a subjetividade e a flexibilidade já vem se mostrando. A sensibilidade a intuição são revalorizadas. A convivência do singular e do plural retomam os tempos que chegam após uma rígida razão exigida pela modernidade.

Com novas cores sociais, emergem mercados de trabalho que chegam para conviver com outros já definidos. E em meio a tudo isto, não nos cabe aguardar por determinações exteriores a nós mesmos antes que seja tarde estamos buscando descobrir e explicar em papéis na sociedade, que é o professor de Educação Física e a quem ele coloca à disposição seu trabalho? Uma vez esclarecido isto, o exercício legal da profissão poderá vir na força da fiscalização que uma regulamentação profissional carrega consigo.

E, finalmente, como todo tema permite inesgotável problematização, a organização de uma mesa redonda retomou vários modos de ver uma regulamentação da profissão, quando o campo de atividades é Educação Física.

Dar visibilidade a essa problematização foi aprender algumas bases filosóficas, foi buscar uma revisitação histórica que reuniu e redesenhou a trajetória da legislação, que não impede a continuada reflexão, mesmo após a regulamentação profissional.

Transmitimos nesse temário nunca descolados dos aspectos práticos do cotidiano e a reflexão sobre os riscos da más-práticas foi uma nota de princípio ético. Por certo pensamos em decorrentes prejuízos que, minúsculos mas fortes, estão presentes como ameaças à população na ausência da regulamentação profissional. Resta

a esperança de avançarmos juntos e construirmos o conhecimento que convém à Educação Física em nossa sociedade.

EDUCAÇÃO FÍSICA NO 3º GRAU

Na Mesa redonda, composta por três convidados e os temas livres apresentados abordam o papel das Universidades, que vêm procurando reverter o quadro da então “Prática Desportiva”, para uma Educação Física Curricular, que enquanto disciplina acadêmica, trilhe por novos rumos valorizando a fundamentação teórica comprometida com o processo geral da educação, contribuindo com a formação integral do aluno na melhoria da cidadania, e da qualidade de vida pela contextualização e prática da atividade física.

As Universidade também têm procurado buscar alternativas através da pesquisa, com objetivos de atualização e atendimento dos interesses dos alunos na disciplina, através de várias modalidades esportivas, ginásticas, de recreação, de lazer e dos jogos de maneira geral.

Os estudos apresentados indicam que o processo de consolidação da Educação Física Curricular (Prática Desportiva) nas Universidades se efetivará pelo respaldo de um projeto político-pedagógico criativo com a fundamentação teórica que o justifique na concepção da autonomia Universitária.

A EDUCAÇÃO FÍSICA E A NOVA LDB

LDB, como parte dos temas abordados, apresentou com muita clareza, através de uma mesa redonda, uma abordagem histórica contextualizada de todo o processo de construção e tramitação das respectivas LDBs no Congresso Nacional.

Neste contexto, a sociedade brasileira continua na defesa do seu projeto de LDB nº 1258, conhecido como (Cid Saboia), construído democraticamente pelos segmentos representativos da sociedade.

Paralelamente a este projeto construído democraticamente, o Senado de forma autoritária apresentou um substitutivo global, mais conhecido como (LDB Darcy Ribeiro), que ora tramita na Câmara dos Deputados.

Especificamente em relação à Educação Física, o projeto construído pela sociedade (LDB Cid Saboia), aprovado pela Câmara dos Deputados, contempla a obrigatoriedade da Educação Física em todos os níveis de ensino, mas o projeto do Senado (LDB Darcy Ribeiro) coloca que a Educação Física deve ser valorizada.

Por unanimidade os presentes manifestaram-se pela rejeição do projeto do Senado (LDB Darcy Ribeiro) na Câmara dos Deputados, contudo deixam claro sua disposição de lutar por todos os meios ao seu alcance até o final, porém conscientes que este projeto pode ser aprovado de forma não representativa, então reivindicamos categoricamente a supressão do § primeiro do artigo 24 e inciso IV do artigo 25.

**LISTA DOS PARTICIPANTES DO V SEMINÁRIO
CATARINENSE DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO 3º GRAU e
VIII CONGRESSO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO
FÍSICA**

1. ADRIANA COUTINHO AZEVEDO
2. AILSON JOSÉ SALVADOR
3. ALBERTO MAGNO ROSA
4. ALEXANDRE TREVISAN SCHNEIDER
5. ANDRÉ LUIZ TEIXEIRA REIS
6. ANNABEL DAS NEVES
7. ANTONIO RENATO PEREIRA MORO
8. ARNALDO TENÓRIO DA CUNHA JUNIOR
9. BRANDO MARIANO DA SILVA
10. CARIN FABIANA GISELA BECKER
11. CARLOS ALBERTO ALVES TEIXEIRA
12. CARLOS EDUARDO WIGGERS KATO
13. CARLOS LUIZ CARDOSO
14. CÁTIA BIASI RODRIGUES
15. CRISTIANO BATISTA DE MELO
16. DANUBIA VEGINI
17. EDGARD MARTIELLO JUNIOR
18. ELIANE CRISTINA SOUZA
19. FERNANDA CABRAL DE SOUZA
20. FERNANDA RODRIGUES BELORTE
21. FRANCISCO ROSA NETO
22. GERALDO DO VALE PEREIRA
23. GILDO VOLPATO
24. GILSON ALVES FREITAS
25. GUADALUPE DURAN DE LARA
26. HENIO FERREIRA DE MIRANDA
27. HERON FELÍCIO PEREIRA
28. JOÃO CÂNDIDO DE AQUINO
29. JOÃO CARLOS DA SILVA
30. JOÃO KIYOSHI OTUKI
31. JOÃO LUIZ ZINN
32. JOÃO ROTTA FILHO
33. JOEL CARDOSO
34. JOSÉ LUIZ CIRQUEIRA FALCÃO
35. JOSEFA VEGINI
36. JUAREZ MULLER DIAS
37. LEONARDO JOSÉ MATURANA DOS SANTOS
38. LICIANE TROIAN

- 39.LORIVAL JOSÉ CARMINATTI
- 40.LUIZ ANTONIO GRAD
- 41.LUIZ ANTONIO ZARELLI MARTINEZ
- 42.LUIZ JORGE VIEIRA
- 43.MANOEL LUIS MARTINS DA CRUZ
- 44.MARIA APOLONIA SIMAS
- 45.MARIA HELENA KRAESKI
- 46.MARIA MADALENA BROGNOLLI COSTA
47. MARINO TESSARI
- 48.MARLI LÚCIA LISBOA
- 49.PAULA CRISTINA KOERING
- 50.PAULO CÉSAR PANDOLFO
- 51.PAULO HENRIQUE XAVIER DE SOUZA
- 52.PAULO MARCELO SOARES DE MACEDO
- 53.PEDRO JOSÉ DA SILVA ROSA
- 54.PEDRO PACHECO BALDOÍNO
- 55.REJANE BECKER
- 56.RICARDO LUCAS PACHECO
- 57.RODRIGO TEIXIRA RUA
- 58.ROSA MARIA VIEIRA DE BITTENCOURT
- 59.RUBENS MASCELANI FILHO
- 60.SANDRA DA SILVA
- 61.SAULO SEBASTIÃO BECKER
- 62.SILVIA CRISTINA AMARAL GONÇALVES
- 63.SIMONE CORRÊA DA SILVA
- 64.SONIA MARIA DE MELLO ADADA
- 65.SUELI MARIA BECKHAUSER
- 66.VALMOR RAMOS
- 67.VERA REGINA COSTA PREIS

ENTIDADES PROMOTORAS DOS EVENTOS

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

RAIMUNDO ZUMBLICK

DIRETOR DO CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS DA / UDESC

IVAIR DE LUCCA

COORDENADOR DA EDUCAÇÃO FÍSICA CURRICULAR/ UDESC

JOÃO KYIOSHI OTUKI

REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC

RODOLFO PINTO DA LUZ

DIRETOR DO CENTRO DE DESPORTOS DA UFSC

CÉLIO JOSÉ GERENT

COORDENADOR DA EDUCAÇÃO FÍSICA CURRICULAR - UFSC

RICARDO LUCAS PACHECO

DIRETORIA DA APEF-SC - BIÊNIO 96/98

PRESIDENTE: Marino Tessari

VICE-PRESIDENTE : Juarez Muller Dias

SECRETÁRIO GERAL: João Rotta Filho

PRIMEIRO SECRETÁRIO: Marijane Raquel Soares

TESOUREIRO GERAL: Pedro Silva da Rosa

PRIMEIRO TESOUREIRO: Sônia Terezinha Nazário

IMPRESSO
NAS OFICINAS GRÁFICAS DA



IOESC
IMPRESA OFICIAL DO ESTADO
DE SANTA CATARINA

Florianópolis